

UMA REFLEXÃO SOBRE O DESAFIO DA PAZ EM MOÇAMBIQUE

Luís de Brito

INTRODUÇÃO

Desde meados de 2013, temos assistido a confrontações militares que, de novo, opõem os protagonistas da guerra civil terminada em 1992. Até ao momento, esta guerra de baixa intensidade tem-se concentrado em algumas zonas da província de Sofala, ao longo da Estrada Nacional n.º 1, tendo havido ainda registo de algumas acções esporádicas nas províncias de Nampula e Inhambane.¹

Desde o início dos confrontos, a importância das acções armadas tem sido minimizada por altos dirigentes governamentais, que recusam – contra as evidências e a opinião pública – a existência de uma situação de guerra no país. Em paralelo, passados os primeiros momentos do conflito armado, em que se registou um razoável nível de cobertura pelos *media*, o acesso à informação sobre o conflito foi-se tornando cada vez mais difícil, havendo um esforço nítido de minimização nos principais órgãos de informação públicos e em alguns dos principais *media* privados.

No entanto, a gravidade da situação não deve ser ocultada, pois não só estamos perante uma real ameaça à estabilidade social, política e económica do país, mas também face a um testemunho claro da falta de adequação das instituições políticas existentes para assegurarem uma gestão pacífica das diferenças e conflitos que inevitavelmente dividem qualquer sociedade e os seus actores políticos. Não é, pois, o conflito que está errado, mas a forma como ele é tratado, pela violência.

O recurso à violência traduz a incapacidade dos protagonistas construírem consensualmente as regras de base da convivência democrática nas condições específicas de Moçambique. É nessa linha que o argumento desenvolvido neste texto, apresentado em forma de breves análises e comentários, sustenta que o desafio da paz

¹ Não está ainda claro, apesar dos progressos alcançados (nomeadamente as cedências feitas pelo governo no que se refere à legislação eleitoral), que o processo negocial em curso termine rapidamente e ponha termo definitivo à violência no terreno.

em Moçambique é, na realidade, o desafio da democracia e inclusão. Assim, começamos por defender que o Acordo Geral de Paz assinado em Roma e o processo de transição política que se lhe seguiu, apesar de terem introduzido elementos de democratização na sociedade moçambicana, foram insuficientes para garantir um progresso significativo na construção democrática do país; num segundo momento, caracterizamos de forma sintética o itinerário histórico mais recente da Frelimo, da Renamo e do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), os três partidos com representação parlamentar que dominam a cena política, para ilustrar as dificuldades de convivência pacífica entre eles; por fim, analisamos a emergência da sociedade civil e a lógica da recomposição do campo político moçambicano.

O ACORDO GERAL DE PAZ, UM BOM ACORDO?

Durante muitos anos o Acordo Geral de Paz (AGP) foi considerado um bom acordo e Moçambique um caso exemplar de pacificação. Porém, esta visão optimista foi construída ignorando uma série de sinais e acontecimentos que ameaçavam a estabilidade precária vivida durante um pouco mais de vinte anos e, de alguma maneira, prenunciavam o retorno a uma situação de violência.

A primeira tentativa de resolver o conflito armado que opunha o governo da Frelimo à Renamo não teve sucesso e aconteceu em 1984, quando foi negociado o Acordo de Nkomati com o governo sul-africano. Depois de várias tentativas de aproximação e mediação, particularmente intensas durante o ano de 1989, foi só no ano seguinte que se iniciaram as conversações directas que iriam culminar com a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma. A cronologia é fundamental para se compreender que as conversações e o acordo foram em grande medida determinados pelo contexto internacional e regional e que o AGP foi mais o fruto do esgotamento das duas forças e da sua incapacidade para continuar a guerra no contexto do fim da guerra fria, do que o resultado de uma vontade genuína de negociação e de criação dos mecanismos para a solução das diferenças.

Acrescentando-se ao contexto internacional e regional, há ainda que considerar os factores internos: em primeiro lugar, o cansaço da generalidade dos cidadãos em relação à guerra e seus efeitos destruidores, particularmente expresso nos apelos para a paz feitos por organizações religiosas; em segundo lugar, o facto de o país se encontrar numa situação económica e social extremamente crítica, com destaque para as regiões rurais, principal teatro da guerra e de onde milhões de moçambi-

canos fugiram para a periferia dos centros urbanos e para os países vizinhos; finalmente, o facto de o país ter sido assolado por uma seca, particularmente grave em 1990, que atingia tanto a população que se encontrava nas zonas sob controlo do governo, como aquela que se encontrava nas áreas da Renamo.

O efeito conjugado de todos estes factores, desde a pressão internacional para a pacificação e democratização que se manifestou imediatamente após a queda do Bloco do leste, a transição sul-africana que iria pôr termo ao sistema de apartheid e resultar num governo de maioria liderado pelo ANC, a impossibilidade de vitória militar para qualquer uma das duas forças em conflito, ao esgotamento da economia e enorme dívida externa que o governo se via obrigado a gerir, sem ignorar a fome que afectava as zonas rurais e as dificuldades crescentes da vida urbana em cidades sitiadas pelas forças da Renamo, assim como os apelos das comunidades religiosas, criou as condições de base para a realização de negociações.

A longa duração das conversações (cerca de dois anos) e o adiamento à última hora da data de assinatura do acordo testemunham da dificuldade de entendimento e da grande desconfiança entre as partes. Mas um entendimento, ainda que superficial, era obrigatório à luz da evolução da situação internacional e regional, marcada, por um lado, pelo desmoronamento do bloco soviético, que retirava um aliado fundamental para o esforço de guerra das autoridades moçambicanas, e, por outro, pelo colapso do sistema de apartheid na África do Sul, que comprometia a base estratégica da Renamo.

O segundo aspecto a considerar no processo de negociação do AGP diz respeito à natureza e disposições políticas dos dois protagonistas. Historicamente, a Frelimo tinha-se concebido e estabelecido como partido único e, apesar de ter promulgado uma nova Constituição em 1990 adoptando o multipartidarismo, apenas o fez por pressão externa e não como resultado de uma verdadeira evolução do seu pensamento político. Aliás, as suas primeiras iniciativas no sentido de pôr termo à guerra consistiram na proclamação de amnistias para os combatentes da Renamo e na tentativa de os convencer a reintegrarem a vida normal do país e, eventualmente, o próprio partido Frelimo que, entretanto, tinha abandonado oficialmente a sua orientação “marxista-leninista”, para se tornar o “partido de todo o Povo”. Por seu lado, a Renamo, desenvolveu um discurso anti-comunista, mas nunca foi muito clara sobre a questão do multipartidarismo. Com efeito, a Renamo assumiu-se como única interlocutora do governo da Frelimo, ignorando todos os outros partidos que tinham surgido na cena política nacional depois da aprovação da Constituição de 1990, que

ficariam totalmente excluídos do processo de negociação da nova ordem política. O AGP estabelecia que eles seriam consultados antes da aprovação da lei eleitoral que iria reger as primeiras eleições pluralistas, mas sobretudo estipulava que a lei eleitoral incluiria uma disposição no sentido de condicionar a representação parlamentar dos partidos à obtenção de uma percentagem a definir (entre o mínimo de 5% e o máximo de 20%) dos votos expressos a nível nacional. Esta decisão manifesta uma vontade deliberada dos dois protagonistas do acordo de excluírem outras potenciais forças da cena política.

O terceiro aspecto refere-se à opção sobre a forma de transição política. A Renamo aceitou a continuidade das principais instituições políticas, nomeadamente a Constituição (apenas revista pontualmente, à luz do acordado em Roma), o governo e o parlamento, tendo as várias comissões estabelecidas com base no AGP um mandato limitado e que terminava com as eleições. Assim, a possibilidade de redefinir a engenharia política do poder e a organização do Estado, que era uma exigência para se avançar no processo de democratização, ficou totalmente dependente dos resultados das eleições. Ora, tendo a Frelimo ganho a eleição presidencial e também uma maioria absoluta no parlamento, a estrutura do partido-Estado, criado desde a independência, acabou por se manter no essencial, apesar da existência formal de instituições democráticas.²

Em suma, embora o AGP tenha tido uma dimensão positiva essencial que foi a sua capacidade de garantir a cessação efectiva das hostilidades, a desmobilização dos combatentes e a formação de um exército composto por elementos provenientes das duas forças, ele era insuficiente para assegurar, por si só, as condições de uma real transição democrática.

FRELIMO: A TENTACÃO AUTORITÁRIA

Depois de um curto período de relativa incerteza, a Frelimo saiu vencedora em 1994 das primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias, tendo conseguido uma maioria absoluta no parlamento, o que lhe permitiu governar

² Dentro da mesma lógica que definia no passado a Frelimo como a “força dirigente do Estado e da sociedade”, ainda hoje os seus estatutos estabelecem (art. 76) que “os eleitos e os executivos coordenam a sua acção com os órgãos do Partido do respectivo escalão e são perante estes pessoal e colectivamente responsáveis pelo exercício de funções que desempenham nos órgãos do Estado ou autárquicos.” E ainda que, “quando se trata de cargos de âmbito nacional, os eleitos e os executivos serão responsáveis perante a Comissão Política.”

sozinha e assegurar a continuidade do poder sem reformas de fundo.³ Com efeito, a descentralização, que era a reforma de maior alcance em termos de organização do Estado e do poder político, que tinha sido decidida em 1993 e que consistiria na transformação dos distritos em distritos municipais com governos eleitos, sofreu uma alteração profunda depois das eleições de 1994, cujos resultados davam a indicação que a Renamo poderia ganhar o controlo de cerca de metade dos futuros distritos municipais, abrangendo também cerca de metade da população moçambicana. Para evitar essa situação, a Frelimo fez aprovar pela Assembleia da República uma nova legislação introduzindo um outro modelo de municipalização, essencialmente urbano, cuja implementação seria gradual e começaria apenas com 33 autarquias (todas as cidades e as principais vilas do país). Ficava assim praticamente eliminado o risco de a Renamo se tornar um actor com influência no jogo político nacional e local.⁴

Em paralelo, a Frelimo tinha entrado em competição com a Renamo num outro terreno. Durante a guerra, a Renamo, em contraste total com a política da Frelimo, que rejeitava e combatia a “sociedade tradicional-feudal”, tinha reconhecido e reinvestido nas suas prerrogativas os “chefes tradicionais” nos territórios sob seu controlo. Para quebrar essa aliança histórica, a Frelimo iniciou um processo de reconhecimento e incorporação no – e pelo – Estado dos “chefes tradicionais”, no quadro da formação das “autoridades comunitárias”.⁵ Efectivamente, reconhecidos pelo Estado e dele fazendo parte no escalão mais baixo, muitos desses “chefes tradicionais” foram transferindo a sua lealdade, ou tomando uma posição neutra na competição entre a Frelimo e a Renamo. A concorrência entre as duas forças políticas para garantirem a aliança dos “chefes tradicionais” era obviamente relevante para a competição eleitoral, dada a sua suposta influência na mobilização das suas populações em favor de um ou outro dos partidos.

³ As eleições de 1994, disputadas num ambiente de grande desconfiança, deram lugar à primeira crise reveladora da dificuldade de convivência democrática entre os dois ex-beligerantes. A Renamo anunciou, logo no primeiro dia do voto, a sua retirada do processo eleitoral por motivo de fraude e apenas regressou devido à enorme pressão diplomática. A votação acabaria por ser prolongada por mais um dia, mas, no final, a Renamo recusou-se a reconhecer oficialmente os resultados das eleições.

⁴ Uma lógica semelhante pode ser observada no caso de Angola, onde até hoje não foram realizadas eleições autárquicas. O MPLA, partido no poder em Angola, também parece recear as eleições municipais pelo potencial de ocupação do espaço político pela oposição que representam. Aliás, é interessante notar que, também neste caso, o partido no poder dá sinais de se inspirar na experiência moçambicana, ao pretender seguir o modelo do gradualismo...

⁵ O reconhecimento das “autoridades comunitárias” permitiu, ao mesmo tempo, incorporar também no Estado os antigos secretários locais da Frelimo.

Apesar de um esforço para se adaptar às novas condições de uma política competitiva, o que se traduziu nomeadamente numa maior abertura do partido e cooptação de figuras das elites locais para as estruturas do partido (incluindo as de nível nacional), a Frelimo viu a sua presença no poder ameaçada em 1999. Com efeito, Joaquim Chissano venceu oficialmente a eleição presidencial por uma curta diferença de votos, numa situação em que não foi contabilizado um número de votos superior à diferença que o separava do seu adversário, o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, e em que pesa sobre os órgãos eleitorais a desconfiança de terem “fabricado” essa vitória. Mais uma vez, os resultados das eleições foram motivo de contestação por parte da Renamo, contestação que acabaria por causar, cerca de um ano depois, a morte de perto de uma centena de militantes da Renamo em Montepuez.

Foi nesse contexto, de uma séria ameaça à sua continuidade no poder e em razão do mau desempenho eleitoral, que a Frelimo se engajou no processo de escolha de um novo candidato presidencial, apesar de Joaquim Chissano poder ainda concorrer para um terceiro mandato. O risco de perder o poder era especialmente grave para um grupo significativo de militantes que ocupavam lugares de destaque no aparelho do Estado, assim como para muitos que se encontravam engajados em negócios, pois a maioria dos novos empresários nacionais era oriunda da liderança da Frelimo e do Estado a vários níveis e o seu sucesso económico dependia em grande medida das ligações com o poder político.

Num contexto em que se esperava a passagem do testemunho para uma geração mais jovem (a que pertenciam quatro dos cinco candidatos indicados pela Comissão Política), a escolha acabou por recair em Armando Guebuza, o único que pertencia ainda à geração da luta de libertação e este foi eleito Secretário-geral da Frelimo.

Depois de ter sido nomeado para o cargo de Secretário-geral e candidato do partido à presidência, Guebuza iniciou uma vasta operação de “revitalização” das estruturas partidárias da Frelimo a todos os níveis, viajando para todos os distritos com o intuito de preparar o partido para as eleições municipais de 2003. Nesse processo, não só começou a colocar pressão sobre a administração do Estado (controlada quase exclusivamente por membros da Frelimo), mas também mobilizou os veteranos da guerra de libertação para desempenharem um papel activo na preparação das eleições.

O forte impulso organizacional dado por Guebuza nas estruturas da Frelimo foi, provavelmente, um dos factores que fizeram o sucesso deste partido nas eleições de

2003. Na verdade, considerando os padrões de voto observados nas duas eleições gerais anteriores, havia uma forte probabilidade de vitória da Renamo em dez dos 33 municípios, mas esta acabou apenas ganhando as eleições em quatro cidades (Beira, Nacala, Ilha de Moçambique e Angoche) e a presidência do município em Marromeu.

O esforço de organização e a insistência num discurso político concebido para ganhar a adesão popular não parou após o sucesso das eleições municipais. Guebuza continuou a viajar por todo o país dirigindo comícios populares e insistindo sempre nos seus discursos sobre a necessidade de mudanças, com destaque para a necessidade de lutar contra a pobreza e contra a corrupção e burocratismo. Ao mesmo tempo, o partido era também “revitalizado” no interior das estruturas do Estado. Assim, após alguns anos de hesitação que se seguiram à introdução do multipartidarismo, era na realidade o partido-Estado que estava sendo reconstruído para enfrentar as eleições presidenciais e legislativas.

A mais clara indicação da re-activação do partido-Estado surgiu publicamente quando a Frelimo organizou em Nampula, em Junho de 2004 (seis meses antes das eleições gerais), a sua Conferência Nacional de Quadros do partido, com a participação de todos os Administradores de Distrito do país, seguida de uma sessão extraordinária do Comité Central para preparar as eleições. Esta nova orientação foi reforçada quando Guebuza, já eleito Presidente da República, convocou uma sessão alargada do Conselho de Ministros, para a qual foram convidados os Secretários provinciais da Frelimo. Ao tomar esta iniciativa, Guebuza mostrava publicamente que a Frelimo e as instituições do Estado trabalhavam juntas e, no fim de contas, que eram uma e a mesma coisa.

A tendência para assegurar um controlo mais rigoroso do Estado pelo partido foi complementada com a revitalização do sistema utilizado durante o período monopartidário para garantir um controlo completo da sociedade: o desenvolvimento de uma rede de células e comités do partido abrangendo todos os locais de trabalho e residência. Com um novo ciclo de eleições aproximando-se (eleições municipais, em 2008, e eleições provinciais, legislativas e presidenciais, em 2009), a Frelimo anunciou o seu objectivo de criar 14 000 células do partido durante o ano de 2008, em locais de trabalho e residência onde o partido precisava de reforçar a sua presença.

Para a Frelimo, a urgência de reforçar a sua presença contínua em todas as áreas do país e de controlar o aparelho do Estado pode ser entendida à luz dos resultados eleitorais de 2004, pois, apesar da sua vitória folgada sobre a Renamo, esses resul-

tados não foram tão brilhantes como pode parecer à primeira vista. Com efeito, embora Guebuza tenha obtido 64% do voto e a Frelimo 62%, não só (de acordo com observadores nacionais e internacionais) as eleições foram caracterizadas por múltiplas situações evidentes de fraude, mas uma análise mais atenta permite verificar que, na verdade, Guebuza teve cerca de 15% de votos a menos (2 004 226) do que Chissano tinha obtido na eleição de 1999 (2 339 848). Na verdade, aquela elevada percentagem expressava sobretudo o resultado de uma queda enorme na votação da Renamo, muito mais afectada do que a Frelimo pela participação extremamente baixa do eleitorado.⁶

Tendo experimentado os riscos inerentes à abertura e democratização do sistema político, a Frelimo acabou por abandonar a sua política de compromisso e optar por uma orientação semi-autoritária. Aproveitando-se das fraquezas da oposição, a nova liderança da Frelimo restabeleceu gradualmente o seu controlo sobre a máquina partidária e os seus membros, sobre o aparelho estatal a todos os níveis e sobre o território e a população, sendo, nesse processo, as instituições democráticas e pluralistas transformadas e reduzidas a um papel essencialmente formal. O próprio partido não ficou imune à tendência para reduzir o espaço democrático interno como se pôde ver na tentativa de impor à decisão do Comité Central a escolha do candidato presidencial para 2014 restrita a três personalidades definidas pela Comissão Política.⁷

RENAMO: DA GUERRILHA AO PARTIDO, UMA TRANSIÇÃO DIFÍCIL

Os resultados obtidos pela Renamo nas eleições de 1994 e o equilíbrio entre esta e a Frelimo⁸ surpreenderam muitos analistas e a própria Frelimo, para quem este movimento não podia ter uma base social interna e seria apenas um instrumento de destabilização criado e dirigido pelos regimes da Rodésia e África do Sul. Circularam nessa altura interpretações fantasiosas, que justificavam os resultados como sendo o produto de uma acção das comunidades que teriam decidido dividir o seu voto entre

⁶ De acordo com os números oficiais, a taxa de abstenção teria sido de 63%, mas, na realidade, o número de eleitores registados foi sobrestimado, devido à não eliminação dos registos múltiplos e dos falecidos nos cadernos eleitorais, e a abstenção real terá sido ligeiramente superior a 50%, um valor que continua a ser muito alto.

⁷ Apesar de um “vento de revolta” por parte de alguns históricos do partido e de ter sido possível impor o alargamento das candidaturas a outras figuras, a escolha recaiu finalmente sobre Filipe Nyusi, um dos propostos pela Comissão Política.

⁸ A Frelimo obteve 2 115 793 votos (44%) e a Renamo teve 1 803 506 votos (38%), sendo a diferença entre as duas forças políticas de apenas 3%.

os dois contendores para assegurar a paz. No entanto, a realidade do voto mostrava que não se tratava disso, mas sim de um efectivo apoio a cada um dos partidos, particularmente concentrado para cada um deles em zonas geográficas bem determinadas (para a Frelimo o Sul e o Extremo-Norte e, para a Renamo, o Centro e Centro-Norte). Como seria de esperar, nas eleições de 1999 o equilíbrio entre os dois partidos e a estrutura da distribuição do voto confirmaram-se.⁹

Não obstante o equilíbrio na partilha do eleitorado, a Renamo acabou ficando numa situação de relativa fraqueza. Na verdade, apesar de dispor de quase metade dos mandatos parlamentares, não tinha um poder real, pois a Frelimo tinha uma maioria absoluta que lhe permitia governar sozinha. Foi essa continuidade da Frelimo no poder, sem partilha, que permitiu que a sua estrutura de partido-Estado, embora enfraquecida, tivesse sobrevivido.

Pelo seu lado, ainda que privada de poder, a Renamo viu a sua força política suficientemente reconhecida, a ponto de ter conseguido fazer avançar uma proposta de revisão constitucional, antes das eleições de 1999, que teria transformado o regime presidencial em regime semi-presidencialista.¹⁰ Mas talvez o aspecto mais importante tenha sido que a Renamo ficou excluída não simplesmente da governação, mas também do acesso a cargos e outras vantagens decorrentes do processo de reconversão económica em curso no país. É evidente que a falta de capacidade para distribuir esse tipo de recursos teve um impacto negativo a médio prazo no seu desenvolvimento e organização como partido político, pois não lhe permitiu crescer através do recrutamento de novos quadros, o que abriria possibilidades de tornar a sua estrutura mais operativa, nem lhe abriu acesso a recursos financeiros necessários para alimentar o funcionamento do partido, especialmente nos longos períodos que separam as campanhas eleitorais.

A exclusão da Renamo para as margens do sistema de governação constituiu um obstáculo à sua transformação efectiva de movimento de guerrilha em partido. Nestas condições, o seu modelo de funcionamento de tipo militar e centralista continuou a ser dominante. Embora a sua ala política tenha sido relativamente reforçada a partir de 1992 com a entrada de militantes da clandestinidade e novos simpati-

⁹ Apesar de algumas centenas de milhar de votos da Zambézia (uma região particularmente favorável à Renamo) não terem sido contados, Dhlakama teve 2 133 665 votos (48%), contra 2 338 333 votos (52%) para Chissano.

¹⁰ Uma das principais implicações dessa reforma era o potencial que oferecia para um avanço no sentido da democratização do sistema político Moçambicano através de uma maior separação de poderes entre o executivo, o legislativo e o judiciário. Porém, Dhlakama acabaria por fazer abortar o processo, sem dúvida por não querer ter poderes diminuídos no caso de vitória na eleição que se avizinhava.

zantes (sobretudo professores, enfermeiros e outros pequenos funcionários e quadros de nível médio), estes não tinham a legitimidade da participação na guerrilha e, não tendo a possibilidade de ocupar posições de direcção no aparelho do Estado, que por sua vez lhes dariam as condições de construção de um forte capital político, acabaram por ser remetidos a um papel secundário na direcção da organização. Isto, aliado ao funcionamento irregular dos órgãos de direcção do partido, poderá ter contribuído para opções políticas que, a médio prazo, enfraqueceram a organização.

Uma das opções básicas da Renamo no momento da negociação do AGP – e que se prolongou depois – foi a de excluir do processo as restantes forças da oposição. Esta opção não pode deixar de fazer lembrar o paralelismo com a posição da Frelimo no período de transição para a independência. Com efeito, nessa altura, nas negociações com um adversário enfraquecido, o governo português saído do golpe de 25 de Abril, a Frelimo impôs-se como único representante legítimo do Povo Moçambicano, tendo considerado todos os partidos que apareceram na cena política moçambicana depois de Abril de 1974 como fantoches ao serviço de interesses neocoloniais. A Renamo tomou também uma posição semelhante, considerando os partidos que tinham surgido após a adopção da Constituição de 1990 como criações da Frelimo...¹¹ A única excepção a esta orientação foi o estabelecimento da coligação Renamo-União Eleitoral em vista das eleições de 1999. O objectivo da coligação foi de “limpar” o terreno da eleição presidencial dos candidatos dos pequenos partidos, cujos líderes recebiam em troca lugares elegíveis nas listas da coligação para o parlamento. Evitava-se assim a dispersão dos votos da oposição e aumentavam as possibilidades de sucesso para a candidatura de Dhlakama, numa eleição que o colocava sozinho em face de Chissano. Não obstante o evidente sucesso desta operação, se considerarmos os resultados da eleição presidencial, a experiência não foi renovada e a Renamo voltou à sua posição inicial de isolamento e de ignorância, se não mesmo de hostilidade em relação aos outros partidos da oposição.¹²

Em geral, a gestão dos processos políticos pela Renamo revela uma falta de clareza sobre o caminho a seguir para alcançar o seu objectivo estratégico de vencer

¹¹ É de notar quão profunda é a influência da Frelimo como modelo para a Renamo, particularmente notória na sua cultura organizacional, mas também, de certa maneira, na recusa de reconhecer a legitimidade das outras forças políticas, e de se considerar como a única e verdadeira representante da oposição.

¹² Naturalmente, esse tipo de aliança tinha um custo interno ao sacrificar uma série de lugares de deputados em favor de membros de outros partidos e não era necessariamente bem vista por um amplo sector de militantes da Renamo que aspiravam a esses mandatos. Mas, dada a cultura organizacional centralista da Renamo, não parece muito provável que esse tenha sido o factor decisivo para a escolha de não renovar a iniciativa.

as eleições e chegar ao poder. Tal foi o caso quando decidiu boicotar as primeiras eleições autárquicas, em 1998. Se é verdade que havia problemas com a alteração dos rumos da descentralização decidida pela Frelimo, assim como com a lei eleitoral e a composição dos órgãos de gestão eleitoral, não é menos verdade que, na impossibilidade de alterar o curso dos eventos, teria sido lógico optar por conquistar o máximo de municípios possível, para obter uma base de governação local a partir da qual se encontraria numa posição mais favorável para consolidar a sua influência no seio do eleitorado.

Um outro caso interessante foi o processo de negociações que se seguiu à contestação dos resultados eleitorais de 1999. A Renamo, que exigia, entre outras reivindicações,¹³ o direito de nomear os governadores nas seis províncias onde tinha obtido uma maioria de votos, acabou por rejeitar uma proposta de compromisso¹⁴ e abandonou as negociações, perdendo ao mesmo tempo a possibilidade que estava em negociação de propor nomes para fazerem parte de conselhos de administração de empresas do sector público. Para além disso, com base em informações de origem duvidosa acusando Raul Domingos de procurar obter vantagens pessoais nas negociações, a Renamo expulsou-o e, com esta decisão, não só perdeu um dos seus principais quadros, mas incorreu no risco, que mais tarde se confirmou, de ver surgir um novo partido que iria dividir o seu eleitorado.¹⁵

A auto-marginalização e isolamento da Renamo, a sua tendência para ficar numa situação em que não está nem completamente integrada, mas também não está totalmente fora do sistema,¹⁶ acabaria por se reflectir numa perda crescente de influência no seio dos seus apoiantes históricos e numa forte erosão da sua base

¹³ As reivindicações da Renamo diziam respeito à recontagem dos votos da eleição presidencial de 1999, à reforma do sistema judicial, à participação equilibrada de membros oriundos da Renamo nas forças armadas, polícia e serviços de segurança, à nomeação de governadores e outros dirigentes administrativos pela Renamo nas províncias onde o partido tinha obtido a maioria da votação, à eliminação das células da Frelimo no aparelho de Estado, a legislação no sentido de promover o papel das autoridades tradicionais e à libertação dos seus membros e simpatizantes que tinham sido presos na sequência das manifestações de protesto de Novembro de 2000.

¹⁴ A fórmula proposta era a seguinte: a Renamo indicaria para três províncias (Sofala, Manica e Zambézia) uma lista de três nomes por província e o Presidente da República nomearia dentre eles os governadores; em outras três províncias (Niassa, Nampula e Tete) seria o Presidente da República a propor os três nomes e caberia à Renamo fazer a escolha.

¹⁵ Mesmo admitindo que Domingos não conseguiria mobilizar uma parte importante do eleitorado da Renamo em seu favor era evidente que pelo menos uma pequena parte o seguiria. Ora, considerando o equilíbrio entre a Renamo e a Frelimo em termos da votação que se tinha observado em 1994 e 1999, qualquer pequena percentagem poderia fazer a diferença e decidir uma futura eleição.

¹⁶ A sua própria presença na Assembleia da República sempre se concretizou num contexto de não reconhecimento dos resultados eleitorais e de um discurso do seu líder anunciando que os deputados eleitos da Renamo não iriam tomar posse e boicotariam a actividade parlamentar, o que nunca aconteceu...

social. Em relação aos chefes tradicionais, terá jogado a sua dificuldade crescente, devido aos recursos financeiros em baixa, de manter as lealdades e satisfazer um sistema clientelista, numa competição directa com a Frelimo que, através do Estado, promovia o seu reconhecimento oficial e enquadramento na administração pública,¹⁷ criando-lhes um estatuto que se traduzia em acesso a vantagens financeiras e materiais. Paralelamente, muitos dos seus quadros civis de nível local acabariam por aderir à Frelimo em troca de benefícios de vária ordem, passando mesmo alguns a participar como candidatos deste partido (e a serem eleitos) nos processos eleitorais subsequentes. A falta de resultados tangíveis e a insistência num discurso centrado na fraude acabaria por ter um efeito desmobilizador no seio do eleitorado, o que resultou depois de 1999 em níveis muito altos de abstenção. Com efeito, a abstenção superior a 50% que se registou nas eleições de 2004 e 2009 afectou em particular a Renamo, pois enquanto a Frelimo manteve mais ou menos em 2004 o mesmo número de votantes e subiu mesmo um pouco em 2009, a Renamo perdeu em cada uma dessas eleições cerca de metade dos seus votantes.

Os maus resultados da Renamo nas eleições autárquicas de 2003, onde apenas conseguiu vitórias em quatro dos 33 municípios e a presidência de um quinto, foram um sinal anunciador da derrota que estava para vir em 2004. Se é verdade que as eleições foram marcadas por práticas fraudulentas em favor do partido no poder, não é menos verdade que dificilmente se pode considerar que estas tenham sido responsáveis pela derrota da Renamo. Na verdade, privada de uma presença sistemática e positiva nos grandes *media* nacionais e sem recursos financeiros e políticos que lhe permitissem fazer sentir a sua acção no quotidiano do eleitorado, a Renamo foi alienando uma parte significativa dos seus simpatizantes e dificilmente podia competir com a Frelimo em pleno processo de reorganização e de reforço do seu controlo sobre o Estado desde 2002.

Perante a dificuldade de aceder à governação e aos recursos dela decorrentes, a Renamo foi aumentando o tom do discurso belicista, de ameaça de retorno à guerra, tendo-se o seu líder transferido primeiro para Nampula (2009) e mais tarde (2012) para Santundgira, nas proximidades do seu antigo quartel-general, na província de Sofala. Este “regresso às origens” foi acompanhado de ameaças e provocações, que deram o pretexto ao governo da Frelimo para intervir militarmente, criando praticamente uma situação de guerra no país.

¹⁷ Note-se que isso acontece num contexto mais vasto de “reconquista” administrativa e, portanto partidária, do território rural disputado, ou perdido a favor da Renamo, durante a guerra.

Curiosamente, a Renamo, que se encontrava num notório processo de enfraquecimento, pôde recuperar protagonismo e importância por via das armas, numa situação precipitada pela opção militar do governo. Agora, tenta de novo reconverter o seu capital militar em capital político, seguindo exactamente o mesmo modelo que foi usado nas negociações de Roma. Com efeito, todas as principais características do processo do AGP estão agora a ser replicadas. Veja-se a lentidão e desconfiança no processo negocial, a inclusão de mediadores e observadores nacionais e estrangeiros, a discussão de um cessar-fogo, a definição de aspectos da legislação eleitoral privilegiando os dois partidos, mas também a exclusão das outras forças políticas das negociações, como se apenas os dois protagonistas da guerra tivessem a responsabilidade pelo futuro do país. Nestas condições, é bastante provável que um eventual entendimento alcançado, tal como aconteceu com o AGP, não seja mais que um adiamento do conflito e não a sua solução.

MDM: O SUCESSO DE UM PARTIDO IMPROVÁVEL

O enfraquecimento da Renamo, num contexto de forte progressão da abstenção, apenas se reflectiu num crescimento relativo da Frelimo. Ou seja, a Frelimo tornou-se mais forte eleitoralmente não por ter conquistado novas franjas do eleitorado, mas simplesmente porque o seu adversário perdeu um grande número de eleitores, que se refugiaram na abstenção. Nestas condições, estava virtualmente criado o espaço para o desenvolvimento de uma terceira força política na cena nacional. Porém, considerando a bipolarização que se tinha instalado e reforçado desde 1994 e a fraqueza dos demais partidos políticos, incapazes de mobilizar eleitores em número suficiente para obterem representação parlamentar, o surgimento de uma terceira força com representação parlamentar parecia pouco provável. Finalmente, o que não era muito provável aconteceu por um cálculo político errado da Renamo.

Nas eleições municipais de 2003, a Renamo apresentou como seu candidato na Beira, Daviz Simango, que foi eleito.¹⁸ Apesar de Simango ter conseguido granjear muita simpatia e popularidade pelo trabalho desenvolvido pela sua equipa no município da Beira e ser o candidato natural à sua sucessão para as eleições de 2008, a

¹⁸ Daviz Simango, filho de Uria Simango, que foi vice-presidente da Frelimo até ao final dos anos 1960, era antes militante do Partido da Convenção Nacional (PCN), um partido criado e dirigido pelo seu irmão Lutero Simango desde 1990. Este partido, cuja sigla evoca a de um outro partido criado por Uria Simango em 1974, o Partido da Coligação Nacional, nunca conseguiu obter representação, a não ser quando se integrou na Renamo-União Eleitoral, o que terá estado na origem da posterior adesão de Daviz Simango à Renamo.

direcção da Renamo não lhe confiou a investidura e escolheu um outro candidato. Daviz Simango acabaria por ser expulso da Renamo e concorrer à presidência do município da Beira como candidato independente, tendo sido eleito com 62% dos votos, contra 3% do candidato oficial da Renamo, Manuel Pereira. Foi na sequência dessa eleição que, em 2009, Simango criou o MDM.

Capitalizando sobre a experiência política e a base social adquiridas na Beira, o MDM lançou-se à conquista de um lugar na cena política nacional, concorrendo às eleições presidenciais e legislativas de 2009. Apesar de ter sido impedido de participar em nove círculos eleitorais pela Comissão Nacional de Eleições, onde, de forma inédita, os representantes da Frelimo e da Renamo se uniram para defender a exclusão das suas listas, o MDM obteve resultados significativos, ainda que modestos. Assim, recolheu (concorrendo apenas numa minoria de círculos eleitorais) 4% dos votos válidos expressos a nível nacional, o que lhe proporcionou oito dos 250 mandatos parlamentares; na eleição presidencial, Simango obteve 9% dos votos. Esta votação parece baixa, mas não estava muito distante dos 16% de Dhlakama e, sobretudo, a sua distribuição geográfica mostrou uma forte simpatia, com uma votação de 15% na cidade de Maputo, onde Dhlakama ficou pelos 4%. Note-se que este resultado é a média de Maputo, sendo importante realçar que a sua votação no Distrito Municipal 1, onde fica a sede do governo e reside a elite nacional, foi bastante superior à média, o que tem um significado político de grande destaque: Simango conseguiu ganhar apoio num sector importante do eleitorado urbano da capital historicamente afecto à Frelimo. Aliás, a tendência para mobilizar votos no seio do eleitorado da Frelimo já se tinha observado na cidade da Beira, onde uma parte deste já tinha votado em Simango na eleição municipal.

As eleições autárquicas de 2013 trouxeram a confirmação da emergência do MDM como força política de dimensão nacional. Para além de ter obtido vitórias em algumas das principais cidades do país (Beira, Quelimane e Nampula), o MDM ganhou ainda em Gurué. Mas, mais importante do que isso foi o resultado obtido, com forte participação dos eleitores nas cidades de Maputo e Matola, onde o MDM conseguiu 40% e 44%, respectivamente.¹⁹ É hoje uma evidência que o MDM é a segunda força política no país urbano, bem à frente da Renamo.

¹⁹ Estes foram os resultados oficiais, mas há sérias suspeitas de ter havido fraude a ponto de alguns observadores considerarem a hipótese de o MDM ter vencido estas eleições, aliás como noutras locais onde igualmente houve registos de fraudes e o resultado final acabou sendo favorável à Frelimo apenas por uma pequena margem. Esse pode ter sido o caso de alguns dos seguintes municípios: Chimoio, Alto Molocué, Mocuba, Milange, Maganja da Costa e Gorongosa.

O sucesso do MDM representa uma recomposição fundamental do campo político moçambicano e inaugura uma nova era em que a relação de forças entre os partidos se encontra em processo de profunda alteração. O bipartidarismo que se tinha instalado desde as primeiras eleições multipartidárias deixou de existir. Visivelmente, o MDM aparece para um número crescente de eleitores como alternativa aos dois partidos históricos. Sem o passado militar que caracteriza os seus adversários, o MDM beneficia da confiança crescente de uma parte da população urbana e educada, assim como de amplos sectores da juventude popular, não estando ainda claro qual poderá ser o seu grau de penetração no eleitorado rural. Por outro lado, o MDM capitaliza simpatias num contexto em que os partidos históricos assumem o protagonismo e a responsabilidade, mas também o desprestígio, de um conflito armado renascido que afecta a vida normal de vários distritos da região central do país e já provocou avultados prejuízos humanos e materiais.

O DESPERTAR DA SOCIEDADE CIVIL?

A dinâmica do MDM não pode ser isolada da evolução da sociedade moçambicana nos últimos anos. Dentre os múltiplos factores de transformação recente na sociedade e na opinião pública moçambicana, há três que merecem destaque: em primeiro lugar, os progressos efectuados em termos de educação, em paralelo com a circulação e acesso à informação, o que resulta no facto de um número crescente de cidadãos estarem melhor informados sobre as tendências para o agravamento das desigualdades sociais em benefício de uma minoria de cidadãos com ligações ao poder político e, nesse contexto, insatisfeitos com a prestação dos serviços públicos; um segundo factor diz respeito à frustração de sectores da sociedade moçambicana que esperavam do partido no poder a realização das promessas eleitorais de um “futuro melhor” e em vez disso se encontram em situação económica precária, quando não de pobreza, apesar de o país registar na última década taxas de crescimento económico notáveis, assentes no investimento estrangeiro em mega-projectos concentrados na área dos recursos naturais; um terceiro factor, não negligenciável, foi o surgimento de organizações da sociedade civil actuando no campo da monitoria da governação e criando pressão sobre os responsáveis governamentais no sentido de prestarem contas à sociedade sobre as suas decisões e a forma como gerem os fundos públicos.

As revoltas populares de Maputo e Matola em Fevereiro de 2008 e Setembro de 2010²⁰ relacionadas com o custo de vida, exprimindo as dificuldades enfrentadas e o mal-estar das camadas mais pobres nos grandes centros urbanos, foram uma manifestação do despertar da sociedade civil e tiveram como um dos seus efeitos mostrar que a resistência ao poder era possível. Da mesma maneira, a manifestação que reuniu dezenas de milhar de cidadãos em Maputo em Outubro de 2013,²¹ congregando maioritariamente pessoas pertencentes aos segmentos médios e altos da sociedade urbana em protesto contra a onda de raptos em particular, mas exigindo também do governo avanços no sentido de encontrar uma solução pacífica ao conflito armado com a Renamo, foi uma das raras, mas sobretudo a maior das manifestações independentes que se registaram no país desde a independência, em 1975. A esta última manifestação, a Frelimo respondeu organizando em Maputo e nas restantes cidades capitais de província manifestações de apoio ao Presidente Guebuza. O número ridiculamente baixo de participantes nessa manifestações²² confirma a notável ruptura que se vem manifestando entre a população urbana no seu conjunto e o partido no poder.

É muito difícil verificar se a emergência na cena política da sociedade civil urbana tem alguma correspondência nas zonas rurais. Se bem que haja registo de manifestações de insatisfação localizadas, parte das quais nas zonas de implantação dos mega-projectos, não é certo que isso seja suficiente para conduzir a uma contestação frontal do poder, tanto mais que, nessas zonas, o controlo político-administrativo da Frelimo é muito eficiente.

CONCLUSÃO

A trajectória dos dois principais partidos, a Frelimo e a Renamo, desde a celebração do AGP e os desenvolvimentos recentes, que se traduziram na entrada na cena política de um novo actor, o MDM, mostram que a consolidação da paz em Moçambique é um verdadeiro desafio. Cada um dos actores tem, logicamente, interesses diferentes e não parece que qualquer um deles tenha a capacidade suficiente para

²⁰ Apesar de ter havido algumas tentativas de desencadear movimentos semelhantes noutros centros urbanos, esses foram rapidamente controlados pelas autoridades.

²¹ Esta manifestação conheceu réplicas em várias outras grandes cidades nos dias seguintes, reunindo um número considerável de participantes.

²² Em Maputo, onde é suposto a Frelimo ter centenas de milhar de membros (e onde historicamente obtinha votações na ordem dos 90%), os manifestantes não excederam umas poucas centenas, sendo o cenário idêntico nas restantes cidades...

se impor eliminando os restantes. Fica, pois, a alternativa da convivência dentro de regras e práticas aceitáveis por todos, o que significaria avançar no sentido da democratização do sistema político, da formulação de mecanismos adequados de representação dos interesses dos cidadãos e do respeito pelas normas instituídas, o que está em contradição total com a crise que o país vive actualmente, centrada numa confrontação armada entre o governo da Frelimo e a Renamo.

O crescimento do MDM pela expressão da vontade popular através do voto, mostra que é tempo de os dois partidos históricos se “civilizarem” e de partilharem uma concepção de paz que só pode ser o fruto da democracia e não da imposição do poder pela força. Até agora não parece haver um consenso sobre o que possa ser o verdadeiro fundamento da paz. A Frelimo parece dar prioridade à garantia da sua hegemonia pelo controlo do Estado e à exclusão dos demais; a Renamo parece usar a questão da paz para conseguir a sua inclusão no sistema, de maneira a poder partilhar oportunidades e recursos; e o MDM, dada a sua origem e a forma como tem conquistado a sua parcela do espaço político, só pode conceber a paz em termos de pluralismo e convivência. Ora, destas três orientações, apenas a que se constrói na lógica do pluralismo e, portanto, da democracia, é que pode realisticamente servir para todos. O caminho da reconciliação efectiva é, pois, um engajamento comum na construção das instituições que podem fazer avançar a democracia no país, da inclusão política, social e económica, assim como da promoção da igualdade de oportunidades para todos. Infelizmente, a via seguida até agora para resolver a situação de crise tem sido mais uma reedição empobrecida do processo de Roma, com os mesmos defeitos e fraquezas, nomeadamente a desconfiança, as intenções escondidas e o formalismo, em detrimento de uma abordagem mais aberta, participativa e criativa que seria hoje necessária.